
“A COMIDA QUE VEM DA MATA”: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PRÁTICAS CULTURAIS DE CAÇADORES NA RESERVA EXTRATIVISTA IPAÚ-ANILZINHO*

RODRIGO AUGUSTO ALVES DE FIGUEIREDO**, FLÁVIO
BEZERRA BARROS***

Resumo: este trabalho objetiva caracterizar a atividade de caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, enfatizando aspectos ligados aos conhecimentos tradicionais, às práticas dos caçadores e alimentação e segurança alimentar. Os resultados demonstram que a caça praticada é especialmente para fins de subsistência e representa um elemento característico da cultura e costumes da região, abrangendo tanto aspectos de natureza material como simbólica.

Palavras-chave: Quilombolas. Soberania e Segurança Alimentar. Unidades de Conservação. Amazônia.

A atividade de caça tem desempenhado importante papel como estratégia de reprodução social de grupos humanos que vivem nas áreas de floresta tropical do planeta, onde os recursos faunísticos são utilizados para diversas finalidades, desde alimentação, comércio, animais de estimação (xerimbabos), confecção de artesanatos, usos medicinais e mágico-religiosos, entre outros fins, de acordo com os critérios de cada cultura (ASIBEY, 1974; ESSER, 1979; GODELIER, 1992; COSTA-NETO, 2000; SANTOS-FITA, 2012). Na Amazônia, a fauna silvestre constitui-se, primariamente, em uma fonte nutricional de alto valor proteico para subsistência de comunidades rurais que vivem nos locais mais isolados. No entanto, conforme nos advertem Andrieguetto-Filho (1998), a caça e sua importância como atividade produtiva das comunidades humanas têm sido negligenciadas no manejo das Unidades de Conservação (UC) no Brasil.

* Recebido em: 04.02.2015. Aprovado em: 22.03.2015.

** Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará. E-mail: rodrigo.turismo.pa@gmail.com.

*** Professor dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Agriculturas Amazônicas da UFPA e Ciências Ambientais da UNEMAT. Email: flaviobb@ufpa.br

Neste ponto, os autores ressaltam que os estudos sobre a caça na Amazônia têm privilegiado as populações indígenas ou caboclas (MORAN, 1976; SMITH, 1976; AYRES; AYRES, 1979; MARTINS, 1992; SILVA, 2012), fazendo com que exista uma grande carência de pesquisas sobre esse tema entre as populações tradicionais não indígenas. A demanda por estudos a respeito advém da preocupação em compreender as condições contextuais e as formas pelas quais os seres humanos obtêm, escolhem e utilizam os recursos cinegéticos, a fim de resguardar o uso compatível destes em longo prazo. Parte-se do entendimento de que a caça é uma prática material que estabelece conexões entre os sistemas sociais e naturais, tendo em conta os aspectos ambientais, culturais e econômicos que incidem sobre as formas de organização social e os modos de uso dos recursos (RAYNAUT, 1994).

Nesse contexto, as pesquisas sobre povos tradicionais revelam interfaces entre as ciências sociais e as ciências da natureza, nas quais o enfoque da Etnoecologia tem contribuído para a compreensão das percepções e conceituações desenvolvidas pelas comunidades humanas sobre a natureza e dos diferentes usos e formas de manejo dos recursos naturais. A Etnoecologia pode ser entendida como um campo científico multidisciplinar, oriundo das Etnociências, que busca investigar como os grupos humanos se interrelacionam, material e intelectualmente, com o ambiente em que vivem, enfatizando o papel do conhecimento ecológico tradicional (POSEY, 1987; TOLEDO, 1992; MARQUES, 2002).

Embora ainda tímida com relação ao tema da caça na Amazônia, a Etnoecologia aponta para novos rumos de abordagem na compreensão das relações sociais e ecológicas que intermediam o uso dos recursos cinegéticos. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é caracterizar a atividade de caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho, enfatizando os aspectos ligados à alimentação e segurança alimentar. Em vista disso, procuramos descrever a categoria de caça predominante, as espécies mais suscetíveis ao abate, o perfil dos caçadores e da fauna caçada, os locais de caça, bem como as estratégias e técnicas utilizadas.

ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada na Vila de Joana Peres (49°44'55.8"O, 3°00'57.2"S), na RESEX Ipaú-Anilzinho, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com 55.816,10 ha, localizada no município de Baião, Estado do Pará, na porção setentrional da floresta amazônica brasileira (ver Figura 1). A noção de "Reserva Extrativista" surgiu no Brasil na década de 1980 em decorrência da luta empreendida pelos seringueiros para a manutenção de seus modos de vida, garantia de acesso aos recursos naturais e conservação da Floresta Amazônica. Essa luta foi liderada pelo seringueiro e sindicalista Chico Mendes, assassinado no final dos anos 1980. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a categoria RESEX tem o objetivo de promover a conservação dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais, uma vez que permite o uso dos recursos e a permanência das pessoas (BRASIL, 2000).

A RESEX Ipaú-Anilzinho teve sua criação homologada pelo decreto presidencial s/nº de 14 de junho de 2005 como resposta à mobilização social liderada pelos moradores da região de Anilzinho¹ para manter a sua organização econômica e política, a sua estrutura familiar, em meio aos conflitos fundiários que se potencializaram nas terras de uso comum do grupo a partir da década de 1970, em decorrência da implementação de grandes projetos de

colonização na Amazônia brasileira, que então favoreceram a entrada de agentes e interesses externos ao sistema extrativista.

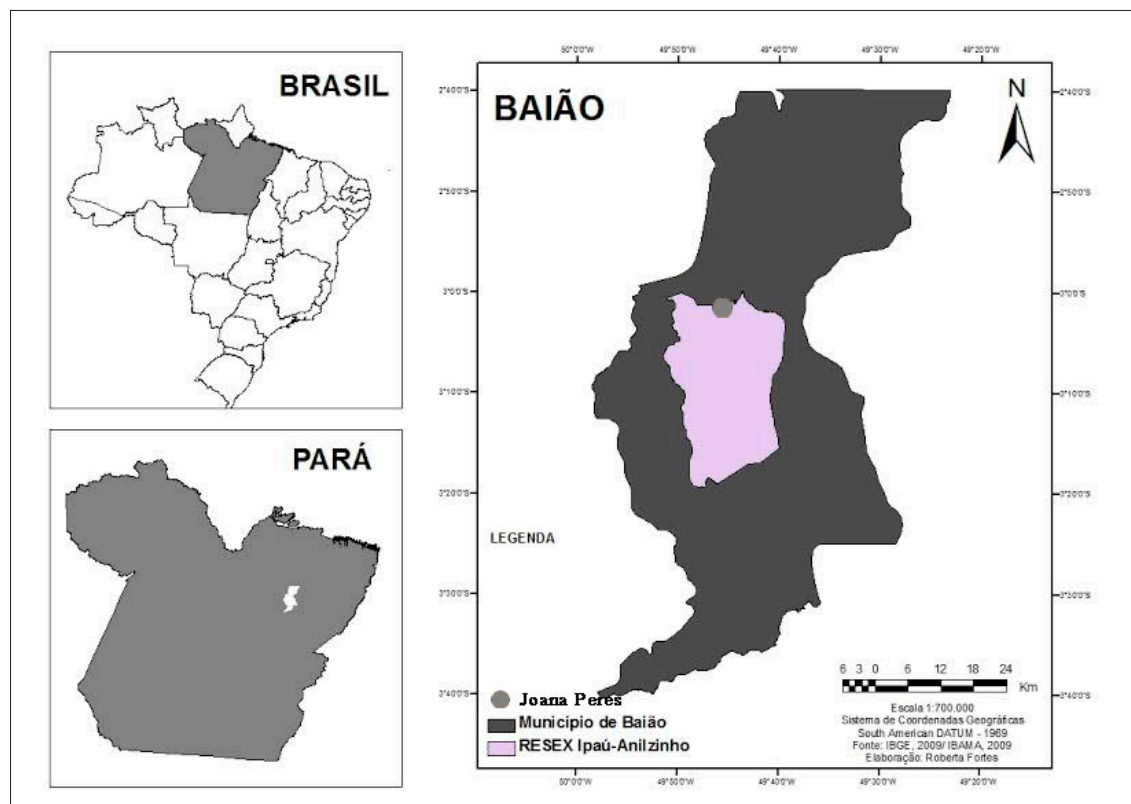


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo, Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, município de Baião (Pará, Brasil)

Nota: elaborado pelo autor (2014).

A área da Reserva encontra-se delimitada pela margem esquerda do rio Tocantins, sentido Leste, e pela margem direita do rio Jacundá, sentido Oeste, apresentando uma diversidade de ambientes naturais que fomentam atividades socioeconômicas e culturais na região. Ipaú-Anilzinho apresenta uma população constituída por 600 famílias, distribuídas em seis comunidades: Anilzinho, Espírito Santo, Fé em Deus, Joana Peres, Lucas e Xininga. Dentre estas, Joana Peres foi escolhida como área de estudo deste trabalho por apresentar o maior núcleo populacional, abrangendo 280 famílias que, em sua maioria, se autorreconhecem como *quilombolas*, categoria social utilizada para designar, em linhas gerais, populações afrodescendentes remanescentes de escravos que se refugiaram em quilombos na época da escravidão no Brasil. Esta comunidade quilombola está localizada às margens do rio de mesmo nome, afluente do rio Tocantins, e apresenta como principais atividades econômicas a pesca, a coleta de *Bertholletia excelsa* (castanha-do-Brasil), a caça de animais silvestres e a agricultura de subsistência (roça).

A COLETA DE DADOS

O trabalho de campo foi realizado entre janeiro e junho de 2014, sendo que entre os meses de setembro e dezembro de 2013 já haviam sido realizados alguns estudos exploratórios (*survey*). Nesse período, 34 caçadores indicados pela comunidade e que apresentaram interesse em participar da pesquisa foram entrevistados de acordo com as recomendações

contidas em Huntington (2000), incluindo a aplicação de questionários. Do total dos entrevistados, escolhemos dez para conduzir um acompanhamento mais direto por meio da observação participante (SPRADLEY, 1980).

Os questionários abordavam questões sobre o perfil socioeconômico dos caçadores quilombolas, nomes vernaculares de espécies e seus eventuais usos, locais de caça, frequência e estratégias empregadas, espécies susceptíveis ao abate e percepção de conflitos e impactos decorrentes da ação antrópica sobre o uso dos recursos cinegéticos na região. A partir desta técnica, tornou-se possível elaborar uma lista dos animais silvestres utilizados na alimentação. As espécies citadas foram identificadas com o auxílio de taxonomistas, a partir de registros fotográficos e informações adicionais solicitadas aos caçadores. Para cada uma das espécies citadas, procuramos calcular o índice de “Valor de Uso” (VU), que possibilita demonstrar o grau de importância relativa das espécies conhecidas localmente (PHILIPS et al., 1993; ROSSATO et al., 1999). Também procuramos verificar o estado de conservação das espécies citadas, consultando a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, 2014).

Aqui importa mencionar que estudos sobre a atividade de caça nas UC's necessitam de instrumentos legais de confidencialidade profissional para o reconhecimento dos princípios do direito ao processo, inclusive ao acesso dos bens culturais imateriais das populações nela inseridas. Por esta razão, esta pesquisa foi conduzida com o consentimento por escrito da comunidade estudada através do Termo de Anuência Prévia (TAP) e com a devida autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob licenças nº 41866-1 e nº 01450.004703/2014-85, respectivamente.

A PRÁTICA DA CAÇA

Conforme observado, a prática da caça na comunidade quilombola de Joana Peres é destinada principalmente ao consumo familiar e oportunamente a uma comercialização entre as próprias famílias quilombolas. O termo “caça” é usado localmente tanto para designar o ato de abater animais silvestres, incluindo mamíferos, aves e répteis, que tenham utilidade alimentar, como para se referir a uma parte da fauna cinegética. A atividade revelou-se como uma prática de domínio masculino e da sociabilidade entre os homens nos processos de obtenção dos recursos alimentícios oriundos da fauna silvestre, como também observado nos estudos de Terra e Rebêlo (2005), Almeida et al. (2006) e Valsecchi e Amaral (2010).

Diz-se que “caçar é trabalho para homem” por diferentes condicionantes, dentre as quais: i) condições físicas; ii) formas de acesso e pertencimento a um dado território; iii) conhecimentos relacionados aos hábitos e comportamentos dos animais; iv) estratégias de caça. Em raras situações, isto é, por algum motivo ocasional (caça oportunística), as mulheres acompanham o marido ou companheiro nesta atividade, mas, na verdade, compete a elas a tarefa de preparação da caça para consumo. Os moradores que não caçam costumam receber ou comprar parte da caça dos demais comunitários, sendo eles seus parentes, vizinhos ou amigos, sob a perspectiva da reciprocidade.

A atividade de caça ocorre durante o ano todo, muito embora o período do inverno (novembro a maio) seja considerado o de maior frequência em consequência das inundações periódicas que diminuem a oferta do pescado e influenciam mais diretamente na busca por

outras fontes de alimento. Nessa dinâmica, a caça se apresenta como uma prática significativa à subsistência das famílias locais, tendo em conta os baixos recursos econômicos da população estudada. Trechos das narrativas de caçadores entrevistados expressam tal entendimento:

Caçar é tirar de lá (mata) pra cá (casa). É uma prática que só serve pra nossa alimentação mesmo, com o objetivo de buscar a comida do dia. A gente sai pro mato querendo garantir nosso sustento, vai procurar algum animal que nos sirva de alimento (João, 29 anos).

É um meio de sobrevivência, uma forma de você se manter e manter sua família. Aqui a gente não tem muita opção de trabalho, então a caça nos ajuda a viver. É uma das nossas fontes de alimento (Josué, 32 anos).

Pra mim, a caça significa muita coisa, principalmente pra gente se manter, né? Pra nossa alimentação. A finalidade principal é se alimentar. Mas também é um lazer (Aureliano, 62 anos).

A maior parte dos caçadores entrevistados (n = 28) declarou ter iniciado na atividade por volta dos 12 anos, acompanhando seus pais durante as experiências cotidianas de caçadas. Assim, os filhos passam a adquirir conhecimentos quanto à orientação (rumo) nos locais de caça, as espécies caçadas e as diferentes estratégias e técnicas utilizadas, acumulando experiência pessoal. No entanto, um caçador só é reconhecido como tal quando passa a caçar sozinho utilizando armas de fogo. Isso demonstra que ele já sabe preparar o cartucho, carregar, sustentar e limpar a arma e fazer a mira. As caçadas são frequentemente realizadas sozinhas ou em pequenos grupos de duas a quatro pessoas, tanto de dia quanto de noite, sendo que a caçada em grupo é geralmente direcionada para animais que caminham em bandos, como *Tayassu pecari* (queixada). Muitas crianças e jovens acompanham o cotidiano dos pais e irmãos mais velhos na mata apenas com o intuito de aprendizado ou diversão.

Neste contexto, é de se destacar que caçar significa possuir um conhecimento apurado sobre os ambientes da floresta (tipos de vegetação, topografia, cursos d'água, período de maturação das árvores etc.), a lua e suas fases e a fauna silvestre. Um bom caçador, além de força e disposição física, precisa reconhecer os sons característicos, cheiros, rastros, hábitos de alimentação e de comportamento de grande parte dos animais, mantendo uma relação de familiaridade com eles. Com efeito, pudemos observar que os caçadores possuem um vasto conhecimento etnoecológico sobre as espécies caçadas, com as quais têm contatos diários. A forma de aprendizagem deste conhecimento não se diferencia de outras populações tradicionais, uma vez que se realiza com a experiência cotidiana e com o tempo de prática, sendo transmitida de pais para filhos pela tradição oral (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAÇADORES

Os caçadores entrevistados desenvolvem diversas atividades ao longo do ano, entre elas a pesca, a agricultura e o extrativismo. Aqui é necessário ressaltar que a atividade de caça na região estudada é de domínio masculino, por isso todos os caçadores identificados e entrevistados são do sexo masculino, com idades que variaram de 14 a 62 anos. A maioria nasceu na região estudada (73%), enquanto os demais nasceram em outras diferentes localidades rurais do Estado do Pará (Baião (n = 02), Cametá (n = 02), Curuçá (n = 01), Limoeiro do Ajuru (n = 01), Mocajuba (n = 02) e Tucuruí (n = 01). O grau de escolaridade dos caçadores

em geral é baixo, tendo em conta que a maioria (n = 26) possuía fundamental incompleto. Na composição da renda, observou-se a prevalência de até um salário mínimo.

UTILIZAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

Os entrevistados citaram 44 espécies animais que ocorrem na região e são capturadas para uso alimentar, sendo estas pertencentes a três categorias taxonômicas distintas: mamíferos, aves e répteis. Algumas espécies possuem nomes vernáculos (denominações localmente utilizadas) que foram mantidos neste estudo. A Figura 2 apresenta a curva de acumulação de espécies (GOTELLI; COLWELL, 2001) citadas nas entrevistas. O número médio de citações por entrevista foi de oito animais. O grupo de mamíferos foi o mais citado (n = 27), seguido pelo grupo das aves (n = 10) e dos répteis (n = 7).

Os Valores de Uso (UV) das espécies variaram de 0,02 a 0,91, com destaque para os seguintes mamíferos: *Dasyprocta leporina* (cutia) – VU = 0,55; *Tayassu pecari* (queixada) – VU = 0,58; *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba) – VU = 0,79; *Mazama americana* (veado-mateiro/vermelho) – VU = 0,82; e *Cuniculus paca* (paca) – VU = 0,91. As aves mais citadas foram: nambu-galinha (*Tinamus guttatus*) – VU = 0,08; pato-do-mato (*Cairina moschata*) – VU = 0,08; e jacupemba (*Penelope superciliaris*) – VU = 0,11. Dentre os répteis, destacam-se o jabuti-amarelo (*Chelonoidis denticulata*) – VU = 0,17; o jabuti-vermelho (*Chelonoidis carbonaria*) – VU = 0,14; e a tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) – VU = 0,17.

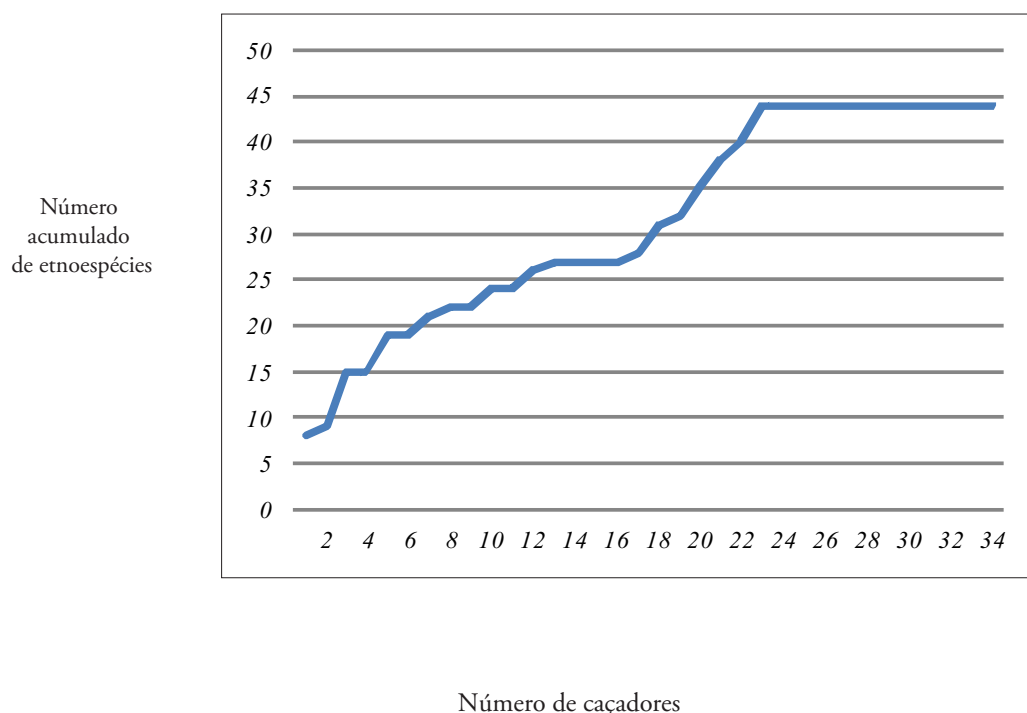


Figura 2: Curva de acumulação de espécies de caça de uso alimentar registradas em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Pará, Brasil)

INDICATIVO DE SUSCEPTIBILIDADE AO ABATE

Com o objetivo de identificar a probabilidade de abate da fauna cinegética, cada caçador foi questionado sobre: i) qual espécie de caça abateria sempre que tivesse condições?

ii) qual espécie de caça dificilmente tentaria abater? Deste modo, as cinco espécies mais citadas pelos caçadores em cada questionamento foram consideradas, demonstrando que quanto maior o número de citações maior ou menor é o nível de cobiça da espécie citada, a depender da situação analisada (ver Figuras 3 e 4). Aqui importa ressaltar que os dados obtidos funcionam apenas como um indicativo a qual cada espécie citada está exposta nas diferentes circunstâncias apresentadas, não possuindo qualquer relação com a capacidade das respectivas espécies de lidar com a pressão de caça.

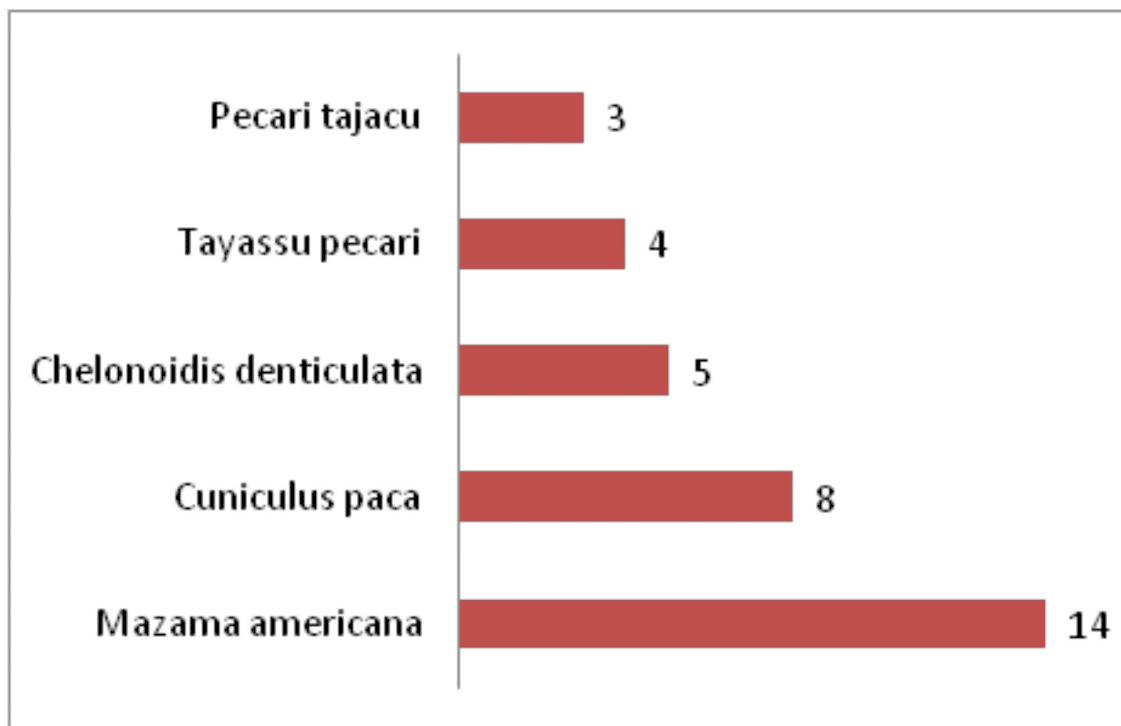


Figura 3: Qual espécie de caça você abateria sempre que tivesse condições?

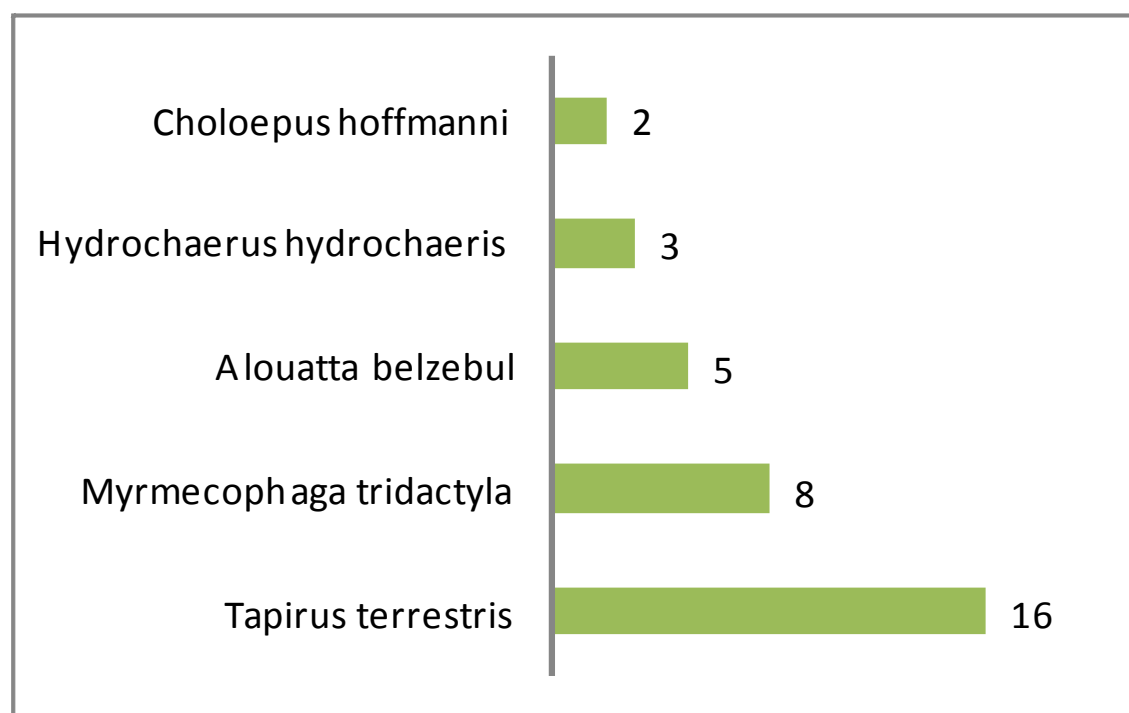


Figura 4: Qual espécie de caça você dificilmente tentaria abater?

Quando inquiridos sobre o porquê das respostas, os caçadores declararam associar a susceptibilidade positiva ou negativa de determinada espécie ao abate a critérios de preferência e aversão alimentar, respectivamente. Deste modo, pudemos verificar que as espécies citadas como mais suscetíveis ao abate estão entre aquelas mais preferidas para consumo, enquanto as espécies identificadas como menos suscetíveis figuram entre aquelas menos preferidas para consumo. A textura, o cheiro e o sabor da carne foram apontados como os principais fatores que determinam a preferência ou aversão alimentar por uma determinada espécie. No entanto, também observamos que padrões culturais (costumes, crenças, mitos, tradições familiares, hábitos) atuam sobre os processos de escolha e uso de alimentos.

Isso nos leva à reflexão de que as práticas alimentares são influenciadas por mitos e tabus que podem limitar o consumo dos recursos alimentícios disponíveis (MCDONALD, 1977; ROSS, 1978). Neste sentido, foi possível constatar que a espécie *Tapirus terrestris* é fortemente rejeitada para consumo na realidade estudada. Segundo os caçadores entrevistados, ela é um animal perigoso por ter o poder sobrenatural de se transformar em vários bichos da floresta, o que torna o consumo da sua carne potencialmente ofensiva, fazendo com que esta espécie de mamífero não se faça presente no cardápio da população local e não sofra potencial pressão de caça, diferentemente do que ocorre em outras regiões da Amazônia (CULLEN JR *et al.*, 2001; SILVA, 2007; VALSECCHI; AMARAL, 2009; FERREIRA *et al.*, 2012).

Assim, podemos dizer que os mitos e tabus alimentares atuam como fatores de identidade e regras culturais formadas a partir do pensamento e das relações estabelecidas com os animais e desses com os humanos (DESCOLA, 1998). Com relação à *Tapirus terrestris* ainda é possível dizer que há uma forte relação entre tabus alimentares e conservação de recursos, uma vez que esta espécie consta na Lista Vermelha da IUCN e no apêndice II da CITES como vulnerável à extinção. Essa relação evidencia que as dimensões cognitiva e simbólica presentes na interação do homem com os animais devem ser levadas em consideração nos debates acerca da atividade de caça, conforme nos propõe autores como Lévi-Strauss (1989), Descola (1996) e Viveiros de Castro (2002).

PERFIL DA FAUNA CAÇADA

Durante o período da pesquisa foram caçados 184 animais, sendo 125 espécimes de répteis, 52 de mamíferos e 7 de aves (ver Tabela 1). Este resultado chama atenção para o fato de que o grupo de répteis obteve o maior número de espécimes capturados ou abatidos, embora o grupo de mamíferos tenha apresentado o maior número de citações de espécies utilizadas para alimentação, sendo o mais suscetível ao abate. Como ressaltado por Redford e Robinson (1987), Alvard *et al.* (1997), Trinca e Ferrari (2006, 2007), os mamíferos compreendem as espécies mais abatidas para alimentação em toda Amazônia quando comparados com os répteis e as aves.

Dentre as espécies de répteis mais capturadas estão *Chelonoidis denticulata* (jabuti-amarelo; 74) e *Chelonoidis carbonaria* (jabuti-vermelho; 39). Isto pode estar diretamente relacionado à grande população desses animais na região, à facilidade de captura e, principalmente, ao período em questão, uma vez que a carne de jabuti é consumida tradicionalmente pelos moradores de Joana Peres durante a “Semana Santa”, fazendo com que as referidas espécies sejam bastante procuradas pelos caçadores. Neste contexto, constatou-se a existência de uma conexão entre fauna e cultura na região de estudo, revelando a caça como um elemento característico dos costumes locais, com valor utilitário para além das necessidades biológicas humanas.

Entre os mamíferos, as espécies que apresentaram o maior número de registros foram: *Tayassu pecari* (queixada; n = 9), *Cuniculus paca* (paca; n = 7), *Pecari tajacu* (caaititu; n = 6), *Dasyprocta leporina* (cutia; n = 6) e *Euphractus sexcencus* (tatupeba; n = 5). Este resultado corrobora com outros realizados na região amazônica, que têm descrito *Tayassu pecari* e *Cuniculus paca* como as espécies de caça mais comumente abatidas para alimentação (EMMONS; FEER, 1997; HURTADO-GONZALES; LAKE, 2003; BODMER, 2004; FERREIRA *et al.*, 2012). Segundo Bonaudo *et al.* (2003) e Valsecchi e Amaral (2009), *Tayassu pecari* está entre as espécies de mamíferos de maior fonte de proteína animal consumida na região da rodovia Transamazônica (Pará, Brasil) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amaná (Amazonas, Brasil), respectivamente.

Em relação às aves, registrou-se o abate das seguintes espécies: *Cairina moschata* (pato-do-mato; 02), *Tinamus guttatus* (nambu-galinha; 02), *Ara chloropterus* (arara-vermelha; 01), *Crax fasciolata* (mutum-pinima; 01) e *Pauxi tuberosa* (mutum-castanha; 01). Conforme pôde ser observado, as aves compreendem o grupo de animais de menor importância alimentar na região estudada, talvez em função da grande demanda pela carne de mamíferos e répteis, que estão entre as preferências alimentares dos moradores, ou ainda em função de uma diminuição na população das próprias espécies deste grupo, que parecem ser particularmente vulneráveis à caça. De acordo com Brooks e Fuller (2006), atenção especial deve ser dada às populações de cracídeos, uma das famílias de aves mais ameaçadas das Américas. Não obstante, *Tinamus guttatus* (nambu-galinha), da família Tinamidae, é uma das aves que consta na Lista das Espécies Globalmente Ameaçadas de Extinção da IUCN - 2013.

Tabela 1: Lista de espécies de caças abatidas para alimentação na Vila de Joana Peres, Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, município de Baião, Estado do Pará (Amazônia brasileira)

Espécies	Nº de indivíduos abatidos
MAMÍFEROS	
<i>Bradypus tridactylus</i> (preguiça-bentinha)	01
<i>Priodontes maximus</i> (tatu-canastra)	01
<i>Cabassous unicinctus</i> (tatu-rabo-de-couro)	02
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i> (cavivara)	02
<i>Ozotoceros bezoarticus</i> (veado-branco)	02
<i>Bradypus variegatus</i> (preguiça-branca)	03
<i>Alouatta belzebul</i> (macaco-guariba)	04
<i>Mazama americana</i> (veado-vermelho)	04
<i>Euphractus sexcencus</i> (tatu-peba)	05
<i>Dasyprocta leporina</i> (cutia)	06
<i>Pecari tajacu</i> (caaititu)	06
<i>Cuniculus paca</i> (paca)	07
<i>Tayassu pecari</i> (queixada)	09
AVES	
<i>Ara chloropterus</i> (arara-vermelha)	01
<i>Crax fasciolata</i> (mutum-pinima)	01
<i>Pauxi tuberosa</i> (mutum-castanha)	01

continua...

Espécies	Nº de indivíduos abatidos
MAMÍFEROS	
<i>Tinamus guttatus</i> (nambu-galinha)	02
<i>Cairina moschata</i> (pato-do-mato)	02
RÉPTEIS	
<i>Podocnemis unifilis</i> (tracajá)	03
<i>Podocnemis expansa</i> (tartaruga-da-Amazônia)	03
<i>Caiman crocodilus</i> (jacaretinga)	06
<i>Chelonoidis carbonaria</i> (jabuti-vermelho)	39
<i>Chelonoidis denticulata</i> (jabuti-amarelo)	74
TOTAL	184

LOCAIS DE CAÇA

Há vários locais para praticar a atividade de caça ao longo do ano e eles encontram-se distribuídos principalmente entre zonas de mata, igarapés, beiras ou margens de rio, igapós e áreas cultivadas (a roça, o sítio e a capoeira).

O interior da mata (n = 34; 26%) é o espaço no qual os caçadores têm preferência para caçar, sendo por isso bastante frequentado durante o ano todo. O motivo por tal preferência está relacionado ao fato de que é neste espaço onde a maioria dos animais procura improvisar suas “casas” e se deslocar em busca de alimentos, principalmente de frutos silvestres nativos como o *Maximiliana maripa* (inajá) e a *Lucuma Lasiocarpa* (abiurana). Em função disso, uma prática muito comum entre os caçadores é a espera da presa em frutíferas, onde diversas espécies silvestres costumam “perambular” (andar) atrás de comida em certos horários do dia.

Os igarapés (n = 28; 21%) também são espaços bastante frequentados pelos caçadores, levando em consideração que um território de caça na mata geralmente é acompanhado, a certa distância, pelo curso de um igarapé. Há animais de pequeno porte, como a paca, o tatu e o mutum, que são encontrados com certa facilidade nestes espaços. Quando o rio começa a secar, as caçadas às cabeceiras de igarapés passam a ser constantemente realizadas, principalmente no mês de julho.

As áreas cultivadas (n= 23; 17%), que compreendem a roça, o sítio e a capoeira, são consideradas bons locais para encontrar diversas espécies da fauna silvestre, como capivaras, caititis e queixadas, que são atraídas para esses locais em função das plantações que lhes servem de alimentação. Por isso mesmo, as caçadas em áreas cultivadas ocorrem com importância constante ao longo do ano, especialmente no sentido de oferecer proteção à roça. Os caçadores mais velhos, particularmente, costumam rastrear os horários nos quais os animais se deslocam às plantações, para que então possam abatê-los.

O igapó (n = 20; 15%) é outro local considerado bom para caçar, apresentando destaque no período da cheia, principalmente nos meses de abril e maio. Nesse período é comum observar mamíferos de pequeno porte que ficam isolados neste ambiente situado em terrenos baixos, próximos a rios e sujeitos periodicamente a alagamentos, cujo nível da água chega a alcançar as copas das árvores. Como a maioria das árvores de várzea frutifica durante

as inundações, considera-se o igapó um pomar natural por apresentar frutos e sementes que são os principais alimentos de várias espécies de caça.

Diferentemente do igapó, a beira ou margem de rios ($n = 17$; 13%) é mais frequentada pelos caçadores na época do verão, principalmente nos meses de julho, agosto e setembro, quando certas espécies de animais costumam aparecer mais facilmente à procura de alimentação. As caçadas empreendidas neste espaço estão fortemente associadas à estratégia de “focar a noite”¹, sendo comum a captura de jacarés. Por último, o rio ($n = 10$; 8%) revelou-se como o espaço menos frequentado pelos caçadores, estando associado às caças oportunistas e de encontros com os bandos de queixadas que atravessam os corpos d’água em diferentes ocasiões.

FREQUÊNCIA DA ATIVIDADE ENTRE OS CAÇADORES

A atividade de caça ocorre ao longo do ano, tanto no inverno como no verão, mas nem todos os caçadores a praticam com a mesma regularidade. Apesar de ser importante para muitas famílias, a caça não constitui o único meio de sobrevivência ou de obtenção de alimentos, estando inserida numa série de arranjos produtivos que incluem a pesca, a agricultura, o extrativismo vegetal não madeireiro e a produção de farinha. A Figura 5 apresenta a frequência de realização das caçadas em cada período sazonal (inverno e verão).

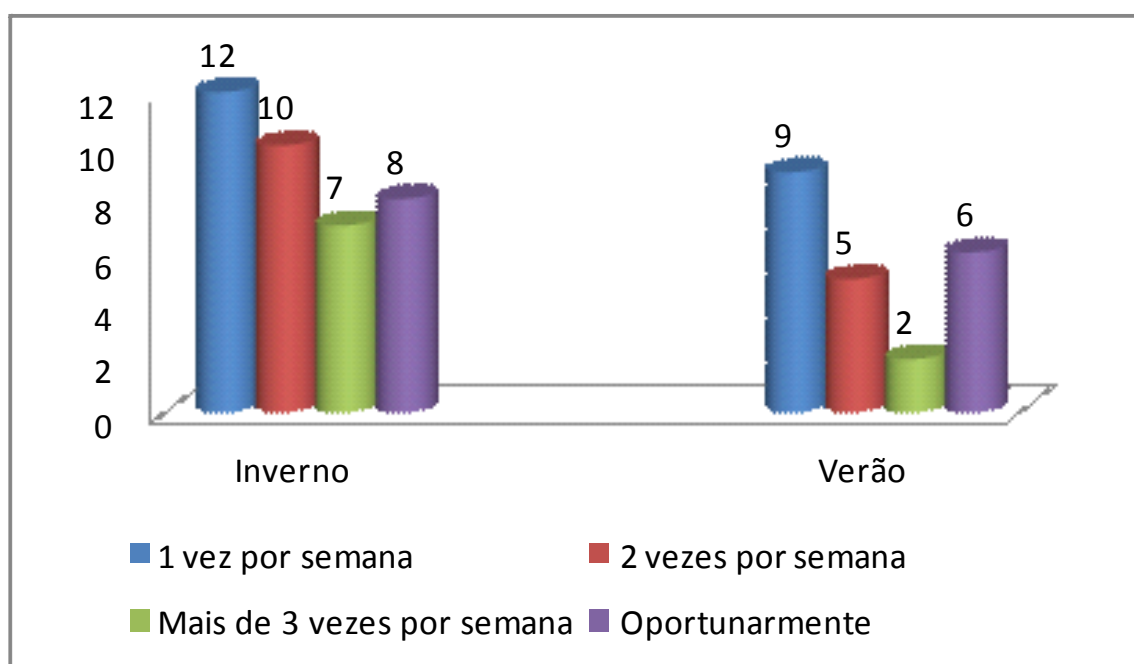


Figura 5: Frequência das práticas de caça segundo os caçadores da comunidade de Joana Peres, RESEX Ipaú-Anilzinho

Os dados acima apresentados permitem apontar que a atividade de caça se destaca no período do inverno. Isso é esperado, uma vez que a menor eficiência da pesca nesse período influencia, mais intensamente, a busca por outras fontes de subsistência. Também, é no período do inverno em que há maior oferta de frutos silvestres que servem de alimentação aos animais, facilitando, assim, a apreensão da caça. Contribui para isso a incidência de fortes chuvas que mantêm o solo da floresta permanentemente úmido de modo a abafar o barulho

dos passos do caçador e facilitar a visualização dos vestígios deixados pelos animais. Ademais, note-se que a caça oportunista, aquela que ocorre sem o planejamento do caçador, também se destaca no período do inverno, em consequência do maior deslocamento de moradores para as áreas de mata no sentido de se dedicar mais diretamente às atividades de agricultura e extrativismo vegetal não madeireiro.

VARIEDADE DE ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS DE CAÇA

Existem diversas estratégias e técnicas para se abater uma caça. Algumas estratégias e técnicas podem ser usadas com mais frequência, enquanto outras são aplicadas apenas em certos períodos ou sob determinadas condições ambientais, considerando que a sazonalidade e as estações climáticas influenciam as maneiras de caçar.

A caça a curso (n = 33; 53%) representa a estratégia mais utilizada para o abate de animais, principalmente de espécies que formam grandes agregações, como *Tayassu pecari* (queixada) e *Pecari tajacu* (caititu). Esta estratégia pode ser empregada de maneira individual ou em grupo e consiste no percurso a pé de trilhas ou “picadas” feitas no interior da floresta a partir de uma trilha principal. No decorrer da caminhada, os caçadores procuram por vestígios (rastros, pelos, restos de frutos, tocas etc.) de alguma espécie de seu interesse e seguem em direção aos locais onde possam vê-la ou rastreá-la. Na verdade, muitos locais são pontos nos quais algumas árvores podem estar produzindo frutos ou flores que servem de alimentação para os animais. Na região do Alto Rio Juruá (Acre, Brasil), a caçada a curso também foi apontada no trabalho de Ramos (2005) como a estratégia mais utilizada pelos caçadores locais.

Na caça utilizando a estratégia da “varrida” (n = 15; 24%), cuja denominação faz alusão ao ato de “varrer o chão”, deve-se primeiramente escolher uma área de trilha na mata, de preferência onde exista algum rastro de caça, para posteriormente limpar essa área, utilizando pequenos galhos (“ramas”) de árvores como uma espécie de vassoura para retirar as folhas e os gravetos que incidem sobre o chão e possam fazer barulho ao mais leve passo do caçador. O objetivo da “varrição” é facilitar o andar do caçador na área de trilha no sentido de que a caça não perceba sua presença ou aproximação. As varridas geralmente são realizadas em pequenos grupos de dois a quatro caçadores e ocorrem com maior frequência no final da tarde ou começo da noite, mas também podem ocorrer em outros horários do dia.

Na varrida, a gente varre a localidade lá na mata até certa distância, fazendo braço de um lado pro outro, uma mediação, porque a caça, muitas das vezes, ela vai passar pelo braço, ela não vai atravessar no caminho exato da varrida, aí fica mais fácil pro camarada matar a caça tendo o braço. A gente fica esperando ela, pra lá e pra cá, andando na varrida. Aí, a gente escuta a zoadá dela, o pisado na folha seca, e espera ela até aparecer pra matar (Dirley, 32 anos).

Na caça de espera (n = 10; 16%), que na maioria das vezes é realizada sozinha, o caçador procura montar um estrado de madeira (“jirau”) em algum local específico do interior da floresta, a uma altura que varia de dois a cinco metros do chão, no intento de acomodar-se e ficar à espera da passagem da presa. Este local geralmente fica próximo de árvores em período de frutificação ou nas margens de cursos d’água, rios ou igarapés, que são frequentados pelos animais, sendo comum o abate de *Tayassu pecari* (queixada), *Pecari tajacu* (caititu), *Cuniculus paca* (paca) e *Mazama americana* (veado-mateiro). A espera pode ser realizada sem a montagem do jirau, com o caçador permanecendo no chão, embaixo de uma determinada

árvore. No entanto, a espera sem o uso do jirau não é muito praticada entre os caçadores, sendo restrita a alguns. Na percepção dos entrevistados, a caça de espera é a estratégia mais eficiente com relação ao número de animais abatidos.

A estratégia com base na focagem ($n = 4$; 7%) já consiste em sair à procura da caça nas margens de rios e igarapés com a utilização de uma canoa pequena e auxílio de uma lanterna para “lumiar” (jogar feixes de luz) as margens. Trata-se de uma estratégia silenciosa na qual o caçador deve se manter sempre atento para observar a reflexão da luz pelos olhos da presa. Esta estratégia é menos frequente entre os caçadores e é mais direcionada para a caça de animais como primatas e jacarés.

Quanto às técnicas utilizadas, os caçadores fazem uso quase que exclusivo de espingardas (73%) de cartuchos de diversos calibres (12, 20, 28, 32, 36), corroborando com o estudo de Sanches (2004), que apontou o uso de armas de fogo como a técnica de caça mais comum no Brasil. Com isso, constatou-se que os quilombolas de Joana Peres têm utilizado técnicas menos ligadas ao passado e ao conhecimento tradicional, embora muitos dos mais velhos ainda se utilizem com mais frequência de técnicas repassadas pelos seus ancestrais. As espingardas e demais bens relacionados a este armamento são adquiridos no município vizinho de Tucuruí ou na própria Vila com comerciantes locais, sendo que alguns caçadores preferem preparar os próprios cartuchos. Foi observado que para o abate de animais de grande porte os caçadores utilizam balas, enquanto para o abate de animais de pequeno porte eles utilizam cartuchos de chumbo.

Outras técnicas de caça utilizadas são a caça com cachorros ($n = 8$; 18%), seguida pelo uso de armadilhas diversas ($n = 4$; 9%). A caça com cachorros é empregada principalmente para a captura de *Chelonoidis denticulata* (jabuti-amarelo) e *Chelonoidis carbonaria* (jabuti-vermelho). O cachorro ajuda a localizar os animais pelo faro, a acuar e persegui-los até suas tocas e esconderijos, facilitando o abate pelo caçador. Esse tipo de caçada consta como proibida no Plano de Manejo da RESEX Ipaú-Anilzinho por considerar que os cachorros ajudam a espantar as caças de seus territórios. Como alguns caçadores continuam a utilizar cachorros na caçada, esse assunto está suscetível a conflitos entre os comunitários e a gestão da Reserva. Situação similar a essa ocorre na RESEX do Alto Juruá (Acre, Brasil), como nos assinalam Almeida et al. (2006).

As armadilhas feitas com espingardas velhas e denominadas localmente como “tronco” são as mais utilizadas e preferidas devido à sua eficiência no abate de pequenos mamíferos. Tais armadilhas são mais empregadas no período de chuvas (inverno), quando o chão da floresta fica permanentemente úmido, facilitando a identificação de caminhos ou trilhas deixados pelos animais, que então costumam repeti-los. A armação do tronco consiste em posicionar uma espingarda à altura da caça cobiçada, atrelando-se um fio ao gatilho. Este fio deve ser estirado e cruzado ao caminho da caça para que ela possa forçá-lo, fazendo então a espingarda disparar.

Há ainda outros tipos de armadilha, como a arapuca, feita de paus em formato piramidal e destinada a capturar aves e pequenos animais, e o mundé. Este último é descrito por Azevedo e Barros (2013, p. 870) como “uma espécie de armadilha artesanal construída com materiais encontrados no próprio ambiente, como paus, varas e cipós”, também utilizado por caçadores do município de Abaetetuba (Pará, Brasil). Além disso, os quilombolas se utilizam de diversos apetrechos e utensílios em suas práticas cotidianas, como arco e flecha; anzóis e linhas; zagaias e arpões com vários tipos de pontas; pilhas e lanternas; cacetes (pedaços de madeira); e facões. O uso de cada um destes depende da espécie visada e do horário no qual se realiza a caçada.

Apesar da sua importância enquanto atividade produtiva das comunidades humanas, a caça quando não corretamente manejada pode favorecer a redução de populações de uma determinada espécie, dentre outras mudanças ecológicas (PERES, 2000; REDFORD, 1992; ALVARD, 1994; BOODMER et al., 1997). Neste contexto, observa-se que o uso dos recursos cinegéticos tem firmado um importante debate no campo ético e científico quanto à sustentabilidade da caça nas florestas tropicais. Entre o direito de usar e a necessidade de conservar, a atividade de caça é um tema particularmente relevante para o manejo da área pesquisada, tanto pelo impacto sobre as populações animais quanto à promoção da segurança alimentar e manutenção das referências culturais das famílias quilombolas, considerando que a atividade está inserida numa rede de relações simbólicas, como ressaltado por Descola (1996).

Das 44 espécies animais citadas, sete constam na lista vermelha da IUCN (2013) como vulneráveis à extinção, sendo elas: *Tapirus terrestres* (anta), *Alouatta belzebul* (macaco guariba), *Tayassu pecari* (queixada), *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Priodontes maximus* (tatu-canastra), *Crax fasciolata pinima* (mutum-pinima), *Chelonoidis denticulata* (jabuti-amarelo) e *Podocnemis unifilis* (tracajá). Neste sentido, destaca-se que o declínio de animais de caça em comparação ao período anterior de criação da RESEX (2005) foi percebido por cerca de 79% dos caçadores entrevistados, que destacaram uma diminuição na população dos seguintes mamíferos terrestres: *Mazama americana* (veado-mateiro), *Cuniculus paca* (paca) e *Hydrochaeris hydrochaeris* (capivara). Os depoimentos apontam que a suspeita da causa principal para a redução dessas espécies está relacionada à caça esportiva e comercial que é praticada principalmente por fazendeiros residentes na região, como, também, por pessoas de fora (invasores), sendo estas procedentes de municípios próximos, como Tucuruí e Cametá. Outros caçadores declararam que: i) perceberam o aumento de animais (6%); ii) não perceberam diferenças (15%).

Este cenário revela a necessidade de estudos mais específicos que possam analisar os reais motivos de ameaças às espécies citadas e seus danos potenciais à estrutura florestal, uma vez que, a partir dos dados disponíveis, pouco se pode afirmar a respeito dos impactos da atividade de caça sobre a dinâmica das populações animais locais. É importante reconhecer que outros efeitos de natureza ecológica e cultural podem representar uma ameaça aos recursos cinegéticos, dentre as quais podemos citar: o desmatamento, a urbanização, a perda de habitat por projetos de desenvolvimento, a heterogeneidade do solo e da paisagem, as mudanças climáticas, os tabus e preferências alimentares e a incorreta exploração ou manejo da caça (CALOURO, 1995; EMMONS; FEER, 1997; ROBINSON; BODMER, 1999; SCHAWARTZMAN et al., 2000). Em vista disso, a realização de estudos mais específicos também é essencial para que se possa indicar o status de conservação da fauna silvestre local.

CAÇA DE SUBSISTÊNCIA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Os animais silvestres têm constituído uma importante fonte de proteína para subsistência e reprodução de diversas populações que vivem em áreas tropicais rurais, onde a caça de subsistência tem o objetivo de satisfazer as necessidades básicas do caçador e sua família (JORGENSEN, 1993; OJASTI, 2000). Essa atividade tem sido influenciada por diferentes fatores de natureza social, político-econômica, ambiental e cultural, que operam de forma de-

cisiva sobre as estratégias e práticas alimentares de grupos humanos, nas quais seus membros são envolvidos em posições e disposições diferenciadas, a fim de garantir o acesso ao consumo de alimentos. Partindo deste entendimento, pode-se dizer que a caça voltada ao autoconsumo está estritamente relacionada ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional² (SAN).

Vale destacar que o conceito de SAN ainda é um conceito em construção, existindo várias definições que lhe conferem significados diversos, mas intimamente conectados a dois princípios que são o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a soberania alimentar (MALUF, 2011). A definição adotada no Brasil, atualmente, diz que:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Esta definição reafirma o entendimento de que o ato de alimentar-se reflete a riqueza e a complexidade da vida humana em sociedade, abrangendo os mais diferentes tipos de interesses e representações que pairam sobre os processos de obtenção, preparação e consumo de alimentos. Importante observar, nesse sentido, que uma alimentação adequada no contexto da SAN incorpora a interação entre necessidades biológicas, forças econômico-sociais, sustentabilidade ambiental e valorização cultural, estabelecendo uma conexão com o princípio (soberania alimentar) que a qualifica (MALUF, 2011). Este princípio procura dar importância à autonomia alimentar, logo, implica na garantia do direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias relacionadas com os alimentos e à alimentação, desde que não se comprometa a soberania de outros povos, a fim de preservar os hábitos alimentares tradicionais de cada cultura (BELIK, 2003).

De acordo com Maluf e Menezes (2000), o enfoque da SAN leva em conta três aspectos principais: a regularidade no acesso aos alimentos, a qualidade nutricional e os hábitos/cultura alimentar específicos de cada comunidade. No caso da realidade estudada, observa-se que a atividade de caça está enraizada na história evolutiva das famílias quilombolas, que sempre se utilizaram dos recursos cinegéticos como parte da sua alimentação cotidiana. Neste sentido, pode-se considerar que a caça de subsistência permite à comunidade manter uma alimentação contínua e saudável, inclusive pela ausência de componentes químicos e pela baixa dependência de produtos adquiridos externamente que possam afetar a saúde humana.

Segundo Peres (2000), a atividade de caça na Amazônia apresenta-se mais significativa nas áreas de floresta não inundada (terra firme) devido à carência de proteína animal nos ecossistemas aquáticos. A respeito, é interessante notar que, conforme observado, a carne de caça tende a cumprir papel relevante para a diversificação dos alimentos presentes no consumo diário das famílias da Vila de Joana Peres. Em função disso, sua ausência pode ser um fator de restrição da dieta de alimentos que são valiosa fonte de nutrientes.

A considerar o aspecto cultural, destaque especial pode ser dado à grande diversidade de estratégias de captura, produção e consumo alimentar que giram em torno da caça de subsistência na região estudada. Nesses termos, o uso da fauna em práticas alimentares revela-se como um dos elementos característicos da cultura local, contemplando uma variedade de saberes e técnicas que primam pela manutenção do modo de vida tradicional. Para concluir, os conhecimentos tradicionais estão relacionados a um sistema cumulativo de experiências da relação entre os seres humanos com seus ambientes, envolvendo crenças (kosmos), conhecimentos

(corpus) e práticas produtivas (práxis) que se desdobram na interface dos sistemas natural e cultural (TOLEDO EBARRERA-BASSOLS, 2009). É assim que podemos destacar a caça voltada ao autoconsumo como uma prática material que influencia a reprodução desses dois sistemas, fortalecendo a segurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma síntese das informações mais relevantes sobre a atividade de caça na comunidade quilombola de Joana Peres, inserida no âmbito da RESEX Ipaú-Anilzinho. Os resultados obtidos corroboram com o entendimento de que a caça é uma prática material de caráter ambiental, econômico e cultural de relativa importância para a subsistência de comunidades rurais. Foram entrevistados 34 caçadores que declararam o uso de 44 espécies de animais silvestres para alimentação, as quais pertencem a três categorias taxonômicas distintas: mamíferos, aves e répteis. Essa diversidade de animais pode ser comparada aos padrões de caça de outras regiões pesquisadas no mundo, conforme os estudos de Pierret e Dourojeanni (1967), Asibey (1974), Leopold (1977), Jorgenson (1995), Bolanos (2004), Pereira e Schiavetti (2010).

Os caçadores de Joana Peres utilizam-se, em suas práticas diárias, de seus conhecimentos tradicionais sobre os locais, as estratégias e técnicas de caça, e os animais caçados, o que lhes permite a devida apropriação e utilização dos recursos cinegéticos. Segundo os entrevistados, as práticas de caça são mais frequentes no período das enchentes (inverno), quando a pesca se torna mais escassa devido à dispersão dos peixes na área alagada (PEZUTTI et al., 2004). O consumo de animais de caça é considerado maior nesse período e por isso tende a desempenhar papel relevante para a subsistência e promoção da segurança alimentar dos grupos envolvidos, tendo em conta o baixo poder aquisitivo da população estudada e a consequente falta de recursos econômicos dos moradores para a compra de carne proveniente de criações.

Nos seis meses de estudo registrou-se o abate de 184 animais. Os répteis representaram a maior fração da fauna abatida, totalizando 61,4% de toda a produção da caça no período. Isso parece estar relacionado à abundância populacional e facilidade de captura das referidas espécies, como ainda ao fato da comunidade consumir tradicionalmente a carne de jabuti no período da Semana Santa.

Nesse contexto, a caça revelou-se um elemento característico dos costumes da região, logo, parte legítima da identidade e cultura local. Apesar do peso de fatores econômicos, tornou-se possível observar que os processos de uso da fauna cinegética também são influenciados por sistemas simbólicos, apresentando critérios de escolhas, dentro das suas possibilidades, que vão além do simples utilitarismo. Em termos de preferência, por exemplo, a espécie *Mazama americana* (veado-mateiro) ocupa um lugar de destaque, sendo a mais cobiçada pelos caçadores devido ao sabor e textura macia da sua carne. Em contraposição, a espécie *Tapirus terrestris* (anta) é fortemente rejeitada para consumo por motivações cosmológicas, constituindo-se em um tabu local permanente. Isso pode ter efeito significativo à proteção desta espécie que tem sofrido pressão de caça em outras regiões da Amazônia (SILVA, 2007; VALSECCHI et al., 2009; FERREIRA et al., 2012).

No entanto, estudos sobre a densidade populacional das espécies cinegéticas se fazem necessários para avaliações quantitativas confiáveis quanto à sustentabilidade da atividade.

de de caça na região. Essas avaliações são importantes para identificar os riscos presentes e futuros sobre as espécies caçadas, particularmente aquelas que já estão ameaçadas ou vulneráveis à extinção. O controle da caça é um aspecto relevante ao manejo da Unidade de Conservação na qual a área deste estudo encontra-se inserida, onde os recursos naturais devem ser utilizados de maneira a conciliar as necessidades humanas com a conservação da biodiversidade. Por fim, importa destacar que a consideração do saber local sobre a prática da caça e da ecologia das espécies cinegéticas é fundamental na definição de estratégias de conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural.

“THE FOOD COMING OF THE WOODS”: TRADITIONAL KNOWLEDGE AND CULTURAL PRACTICES OF THE HUNTERS IN THE IPAÚ-ANILZINHO EXTRACTIVE RESERVE

Abstract: this study analyses the hunting activity in a quilombola community of the Ipaú-Anilzinho Extractive Reserve, emphasizing aspects related to traditional knowledge, the practices of hunters and feeding and food security. The results shows that the hunting practiced is specially to objectives of subsistence and it is a characteristic feature of the culture and customs of the region, covering both aspects of nature material as symbolic.

Keywords: *Quilombolas. Sovereignty and Food Security. Protected Areas. Amazonia.*

Notas

- 1 Uma terra herdada do processo de formação de comunidades negras rurais no vale do rio Tocantins (Norte do Brasil) ainda no período colonial (ver também ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 1999).
- 2 Iluminar o caminho a percorrer com o auxílio de uma lanterna.
- 2 Conforme nos adverte Maluf (2011, p. 17), “é peculiar da formulação brasileira ter acrescentado o adjetivo “nutricional” à expressão consagrada internacionalmente como “segurança alimentar”. O propósito foi interligar os dois principais enfoques que estiveram na base da evolução dessa noção no Brasil, que são o socioeconômico e o de saúde e nutrição”.

Referências

- ALVARD, M. S. Conservation by nativepeoples. *Human Nature*, v. 5, n. 2, 1994, p. 127-154.
- ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; KRÜGER, A. C.; LANGE, M. B. R.. Caça, biodiversidade e gestão ambiental na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. *Biotemas*, v. 11, n. 2, 1998, p. 133-156.
- ASIBEY, E. O. A. Wildlife as a source of protein in Africa south of the Sahara. *Biological conservation*, v. 6, n. 1, 1974, p. 32-39.
- AYRES, J. M.; AYRES, C.. Aspectos da caça no alto rio Aripuanã. *Acta Amazonica*, v. 9, n. 2, 1979, p. 287-298.
- AZEVEDO, P. de A.; BARROS, F. B. Comida, remédio, renda: conhecimentos e usos da mucura (*Didelphis marsupialis*) por comunidades ribeirinhas da várzea amazônica. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 5, n. 3, 2014, p. 862-878.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no brasil. *Saúde e Sociedade*,

2003, 12.1: 12-20.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf>>. Acessado em: 27 maio 2014.

BROOKS, D. M.; FULLER, R. A. Biologia e conservação de cracídeos. In: *Conserving Cracids: the most Threatened Family of Birds in the Americas* (D.M. Brooks, Ed.). Misc. Publ. Houston Mus. Nat. Sci., No. 6. Houston: Texas, 2006. p. 9-15.

BOLANOS, J. E. Subsistence hunting by three ethnic groups of the Lacandon Forest, Mexico. *Journal of Ethnobiology*, v. 24, n. 2, 2004, p. 233-253.

BURITY, V. et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CALOURO, A. M. Caça de subsistência: sustentabilidade e padrões de uso entre seringueiros ribeirinhos e não ribeirinhos do Estado do Acre. MSc Ecology Thesis, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

COSTA-NETO, E. M. Conhecimento e usos tradicionais de recursos faunísticos por uma comunidade afro-brasileira. Resultados preliminares. *Interciencia*, v. 25, n. 9, 2000, p. 423-431.

CULLEN JR, L.; BODMER, R. E.; VALLADARES PÁDUA, C. Effects of hunting in habitat fragments of the Atlantic forests, Brazil. *Biological conservation*, v. 95, n. 1, 2000, p. 49-56.

CUNHA, A. S. de A., ARAÚJO, P. J. P. e SANTOS, A. J. Panemado no mato: práticas de caça no quilombo de Damásio. *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, 34, 2006, p. 13-14.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. Editora Cosac Naify, 2002.

DESCOLA, P. La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los achuar. Editorial Abya Yala, 1996.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, v. 4, n. 1, 1998, p. 23-45.

DIEGUES, Antônio Carlos. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. 2000.

EMMONS, Louise. Neotropical rainforest mammals: a field guide. 1997.

ESSER, J. The importance of wild animals for utilization of marginal regions in the tropics and subtropics. *Animal Research and Development*, 1979, p. 121-127.

FERREIRA, D. S. S.; CAMPOS, C. E. C.; ARAÚJO, A. S. Aspectos da atividade de caça no Assentamento Rural Nova Canaã, Município de Porto Grande, Estado do Amapá. *Biota Amazônia*, v. 2, n. 1, 2012, p. 22-31.

GALLOIS, D. T. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. *Colóquio Diversidade cultural, uma questão econômica*, 2005.

GOTELLI, N. J.; COLWELL, R. K. Quantifying biodiversity: procedures and pitfalls in the measurement and comparison of species richness. *Ecology letters*, v. 4, n. 4, 2001, p. 379-391.

HUNTINGTON, H. P. Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications. *Ecological applications*, v. 10, n. 5, 2000, p. 1270-1274.

- JORGENSEN, J. P. Gardens, wildlife densities, and subsistence hunting by Maya Indians in Quintana Roo, Mexico, 1993.
- JORGENSEN, J. P. Maya subsistence hunters in Quintana Roo, Mexico. *ORYX-LONDON*, v. 29, 1995, p. 49-49.
- LEOPOLD, S. Fauna silvestre de México: Aves y mamíferos de caza. Instituto Mexicano de Recursos Naturales Renovables, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Pensamento Selvagem (o). Papirus Editora, 1989.
- MALUF, R. Segurança Alimentar e Nutricional. 3ed. Petropolis: Vozes, 2011.
- MALUF, R.; MENEZES, F. Caderno “Segurança Alimentar”.Paris: FHP, 2000 [Série].
- MARTINS, E. A caça de subsistência de extrativistas na Amazônia: sustentabilidade, biodiversidade e extinção de espécies. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, DF, 1992, 114p.
- MORAN, E. F. Estratégias de sobrevivência: O uso de recursos ao longo da rodovia transamazônica. *Acta Amazônica*, v. 7, n. 3, 1977, p. 363-380.
- OJASTI, J. *Manejo de fauna silvestre neotropical*. Smithsonian Institution/Man and Biosphere Program, WashingtonDC, 2000.
- PAILLER, S. et al. Identifying conservation opportunities among malinké bushmeat hunters of Guinea, West Africa. *Human ecology*, v. 37, n. 6, 2009, p. 761-774.
- PEREIRA, J. P. R.; SCHIAVETTI, A. Conhecimentos e usos da fauna cinegética pelos caçadores indígenas “Tupinambá de Olivença”(Bahia). *Biota Neotropica*, v. 10, n. 1, 2010, p. 175-183.
- PERES, C. A. Effects of subsistence hunting on vertebrate community structure in Amazonian forests. *Conservation Biology*, v. 14, n. 1, 2000, p. 240-253.
- PEZZUTI, J. C. B et al. A caça e a pesca no Parque Nacional do Jaú, Amazonas. Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú. Fundação Vitória Amazônica, Manaus, Brasil, 2004, p. 213-230.
- PHILLIPS, O.; GENTRY, A. H. The useful plants of Tambopata, Peru: II. Additional hypothesis testing in quantitative ethnobotany. *Economic Botany*, v. 47, n. 1, 1993, p. 33-43.
- PIERRET, P. V.; DOUROJEANNI, M. J. Importancia de la caza para alimentación humana en el curso inferior del río Ucayali, Perú. *Revista Forestal del Perú*, v. 1, 1967, p. 10-21.
- PINSTRUP-ANDERSEN, P. Food security: definition and measurement. *Food security*, v. 1, n. 1, 2009, p. 5-7.
- REDFORD, K. H. The empty forest. *BioScience*, v. 42, n. 6, 1992, p. 412-422.
- ROBINSON, J. G.; BODMER, R. E. Towards wildlife management in tropical forests. *The Journal of wildlife management*, 1999, p. 1-13.
- ROSSATO, S. C.; DE LEITÃO-FILHO, H. G. F.; BEGOSSI, A. Ethnobotany of caiçaras of the Atlantic Forest coast (Brazil). *Economic Botany*, v. 53, n. 4, 1999, p. 387-395.
- SANCHES, R. A. Caiçaras e a estação ecológica de Jureia-Itatins: litoral sul de São Paulo. *Annablume*, 2004.
- SILVA, A. L. da. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). *Revista de Antropologia*, v. 50, n. 1, 2007, p. 125-179.

- SILVA, C. E. A caça entre os Asuriní do Tocantins: características e sustentabilidade. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara (org.) et. al. Contribuições para o inventário da língua Asuriní do Tocantins. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas/UnB, 2012.
- SMITH, N. J. H et al. Utilization of game along Brazil's transamazon highway. *Acta Amazonica*, v. 6, n. 4, 1976, p. 455-466.
- SPRADLEY, James P. Participant observation. 1980.
- TERRA, A. K.; R., G. H. O uso da fauna pelos moradores da Comunidade São João e Colônia Central. Biotupé: Meio Físico, Diversidade Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central, v. 1, 2005.
- TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecológica*, v. 1, n. 1, 1992, p. 5-21.
- TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. Etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 20, 2009.
- VALSECCHI, J.; AMARAL, P. V. do. Perfil da caça e dos caçadores na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas–Brasil. *Uakari*, v. 5, n. 2, 2010, p. 33-48.